



Centro Universitário de Brasília

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

VANESSA CAMPOS

Combate às violações de direitos humanos no Facebook

(Análise sobre o Humaniza Redes)

Brasília

2016

VANESSA CAMPOS

Combate às violações de direitos humanos no Facebook

(Análise sobre o Humaniza Redes)

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Comunicação em Redes Sociais.

Orientador: Prof. Esp. Roberto Lemos

Brasília

2016

VANESSA CAMPOS SILVA

Combate às violações de direitos humanos no Facebook

(Análise sobre o Humaniza Redes)

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
graduação Lato Sensu em Comunicação em
Redes Sociais.

Orientador: Prof. Esp. Roberto Lemos

Brasília, 13 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciaralho

Prof. Msc. Mauro Castro Souza

RESUMO

O número de usuários de Internet no mundo cresceu 200 milhões em 2015, totalizando 3,2 bilhões de usuários. Com o uso cada vez maior e mais intenso da internet, é fundamental que o ambiente virtual seja lapidado como um ambiente livre de violações de direitos humanos. Crimes como racismo, pedofilia, homofobia, violência contra mulheres, crianças, e a intolerância religiosa são bem comuns no ambiente virtual. Esta monografia é uma pesquisa exploratória sobre a página do Facebook do Humaniza Redes, que cumpriu o seu papel de incentivar o respeito, a relevância, a educação e a cultura dos direitos humanos. Como comparativo, neste estudo, foram analisados um post do Facebook de cada campanha temática voltada aos Direitos Humanos das fan pages do Humaniza Redes, do Ministério Público Federal, e da Unicef Brasil. Dessa maneira, foi possível constatar que a estratégia da criação da página do Humaniza Redes para trabalhar a educação e o combate às violações de direitos humanos foi eficaz e atingiu seu objetivo de promover o debate de cada temática sobre os grupos vulneráveis que sofrem violações de direitos, como crianças e adolescentes, mulheres, pessoa idosa, pessoas negras e pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Humaniza Redes, educação em direitos humanos, Direitos Humanos, redes sociais, Facebook

ABSTRACT

The number of Internet users on the world has grown by 200 million in 2015, to an amount of 3.2 billion users. With the developing use of internet, it is fundamental of the virtual environment to be shaped as a human rights violations-free environment. Crimes such as racism, pedophilia, homophobia, violence against women, children and also religious intolerance are rather common on the web. This paper is an exploratory research about Facebook fanpage "Humaniza Redes" (To Humanize Networks), that has fulfilled its role to encourage respect, relevance, education and culture on human rights. As a comparison, the study analyzes one Facebook post of each thematic campaign for human rights on Humaniza Redes, Public Prosecutor, and Unicef Brazil's pages. It acknowledges that the strategy of creating a page to enforce human rights education and the fight against its violations was efficient.

Keywords: Human Rights Education, Humanizing Networks, Human rights, Facebook, Social networks.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 REDES SOCIAIS	10
1.1 MÍDIAS E FACEBOOK	13
1.2 MARCO CIVIL DA INTERNET.....	13
2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	16
3 METODOLOGIA	20
4 ANÁLISE DE DADOS.....	22
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

O número de usuários de Internet no mundo cresceu 200 milhões em 2015, totalizando 3,2 bilhões de usuários. Os dados revelados foram divulgados no último relatório anual do Facebook, o “Estado da Conectividade 2015”. Com o uso cada vez maior e mais intenso da internet, é fundamental que o ambiente virtual seja lapidado como um ambiente livre de violações de direitos humanos. E, para isso, a cultura da educação em direitos humanos necessita de engajamento, pluralidade e alcance a todos e todas. Crimes como racismo, pedofilia e intolerância religiosa são bem comuns no ambiente virtual que, com o engajamento das redes sociais, acaba tendo alcance amplo na proliferação da violação de direitos. O ambiente virtual faz parte do cotidiano de muitas pessoas e, por meio dele, é possível levar a educação em direitos humanos como algo que pode ser absorvido em comportamentos e atitudes ao longo de uma vida.

É nesse contexto que a página do Facebook do Humaniza Redes tentou cumprir o seu papel de incentivar o respeito, a relevância e a cultura dos direitos humanos, que não tolera qualquer tipo de violação de direitos, seja contra crianças e adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência, população em situação de rua ou contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

Esta monografia é uma pesquisa exploratória sobre a página do Facebook do Humaniza Redes (@Humanizaredes), mostrando a interação e engajamento com os 250 mil seguidores no período de um ano, entre 7 de abril de 2015 – data de lançamento – e 7 de abril de 2016. O projeto, voltado ao enfrentamento das violações de direitos humanos na internet, foi uma iniciativa do governo federal, que realizou um pacto nacional com seis ministérios: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (hoje Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania) em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Educação, Ministério das Comunicações e Ministério da Justiça. É um programa que vai além das redes sociais, pois trabalha a campanha

permanente da educação em direitos humanos. Uma de suas estratégias é o uso das redes sociais para a prevenção de violações.

Com um ano de atuação, a página do Facebook do Humaniza alcançou 120 milhões de pessoas, com 770 *posts* publicados nesse período, e com a média de 2 milhões de pessoas alcançadas por semana.

O Humaniza Redes é composto por três eixos de atuação: denúncia, prevenção e segurança. Os eixos focam a garantia de direitos humanos aos usuários brasileiros, priorizando as crianças e adolescentes, com uma internet livre de violações.

De acordo com o art. 5º do Decreto nº 8.162/2013, ao Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos compete, entre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações sobre violações de Direitos Humanos.

A pesquisa sobre o engajamento do Humaniza Redes na plataforma do Facebook, em comparativo com as páginas do Ministério Público Federal e Unicef Brasil, mostra como a violação dos direitos humanos está sendo tratada nas redes com um panorama da participação da sociedade no ambiente virtual por meio de debates e troca de informações. Essa página se assemelha a um fórum, onde pessoas trocam suas experiências, ideologias e opiniões a partir de posts que tratem de direitos humanos.

Este trabalho de conclusão de curso pretende, ainda, compartilhar como é feito esse trabalho, a interação dos internautas nas denúncias e os tipos de conteúdos compartilhados nas redes no contexto do trabalho de conscientização e educação em direitos humanos.

Para basear esta pesquisa, foram levantadas as legislações que tratam da internet no Brasil, como o Marco Civil da Internet. Em 23 de abril de 2014, a Lei 12.965 foi sancionada pela então presidente da República Dilma Rousseff e estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Foram analisados, ainda, os conteúdos dos posts publicados na página do Facebook do Humaniza Redes, lançado no dia 7 de abril de 2015 pelo governo

federal como um pacto nacional de enfrentamento às violações de direitos humanos na internet.

Como base para a temática, foi utilizado também o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2010. O programa foi instituído por um decreto presidencial pelo fortalecimento da democracia quanto aos direitos humanos. O PNDH-3 é um roteiro que incorpora resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e propostas aprovadas nas mais de 50 conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003 – segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc, refletindo um amplo debate democrático sobre as políticas públicas de cada área.

Além dessas leituras, obras na área da educação em direitos humanos como o Programa Nacional de Direitos Humanos corroboram no fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática. (PNDH-3, 2010, p. 31).

Objetivo geral: Mostrar o engajamento da página do Facebook do Humaniza Redes no trabalho de combate às violações de direitos humanos, comparando-a com outras duas páginas de características semelhantes: Ministério Público Federal e Unicef Brasil.

Objetivo específico: Avaliar e comparar práticas de projetos em fan pages de instituições com missão alinhada e similar à fan page do Humaniza Redes, que foca a educação em direitos humanos; mostrar, ainda, a interação dos usuários com temáticas que envolve crianças e adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência e população LGBT.

1 REDES SOCIAIS

As redes sociais como canal de diversas e intensas manifestações, tanto benéficas quanto maléficas, se tornou um campo propício para se trabalhar ideologias, conceitos e formação de opiniões. Segundo Marteleto (2001, p. 72), as redes sociais representam “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. A força de uma conexão, segundo Henry Jenkins (2009), é medida em termos de seu impacto emocional. Nesse sentido, publicações de entidades públicas ou privadas nas páginas de redes sociais como o Facebook, direcionadas para determinados públicos como Direitos Humanos podem, da mesma maneira, refletir benéfica ou maleficamente para cada leitor, conforme suas convicções pessoais, construindo assim uma relação de fidelidade ou não nos conceitos e ideias compartilhadas.

Para o especialista em Novas Tecnologias e bacharel em Ciência da Computação Eder Wagner Cândido Maia Lorenzo, autor de obras na temática que envolve o universo virtual social, a utilização das redes sociais como plataformas de ensino é uma opção para a construção de relacionamento. Portanto, trabalhar a educação nas redes é oportuno nesse contexto virtual sem fim. Professores, alunos, amigos, colegas, familiares e afins usam as redes para trocar experiências, avaliações e conteúdos com informações de aprendizagem em todos os níveis de estudos. As redes sociais têm sido utilizadas por professores, por exemplo, como plataforma de intercâmbio de informação e comunicação. As redes sociais também podem ser usadas de inúmeras maneiras pelos educadores, tais como: criar comunidades de aprendizagem para a escola, classe ou disciplina; compartilhar metodologia, programas, informações e ideias com outros professores; gerar um relacionamento didático e dinâmico entre profissionais da área. Portanto, as redes sociais também são um instrumento de peso para se trabalhar a educação em direitos humanos.

Rede Social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreensão, através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede.

Os nós da rede representam cada indivíduo e suas conexões, os laços sociais que compõem os grupos. Esses laços são ampliados, complexificados e modificados a cada nova pessoa que conhecemos e interagimos. (RECUERO, 2009, p. 29).

Maria Inês Tomaél, doutora em ciência da informação pela Escola de Ciência da Informação da UFMG e professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), afirma em seu artigo “Das Redes Sociais à Inovação”, que a inserção em rede é determinante para o compartilhamento da informação e do conhecimento. Isto porque as redes são espaços valorizados para o compartilhamento da informação e para a construção do conhecimento. “A interação entre os atores promove o compartilhamento da informação e do conhecimento, fomentando o desenvolvimento de inovações” (TOMAÉL, 2005, p. 93).

Ainda conforme a autora, o reconhecimento da informação e do conhecimento como inerentes às redes sociais, sua importância social e econômica é consequência do efeito que causam nas pessoas e nas organizações. “Nesse âmbito, constatamos a necessidade de compartilhá-los para que possam trazer mudanças no contexto em que estão inseridos” (TOMAÉL, 2005, p. 97).

As redes sociais ainda fazem parte da cultura da convergência, que segundo Henry Jenkins (2006, p. 16) serve “[...] para pessoas que vivem em qualquer país onde haja indivíduos e organizações que assisam, leiam ou utilizem tevês, livros, computadores, celulares, revistas ou qualquer outra interface para se comunicar, se divertir, educar, vender produtos e ideias.

A circulação de conteúdos – por meio de diferentes sistemas de mídia, sistemas administrativos de mídias concorrentes e fronteiras nacionais – depende fortemente da participação ativa dos consumidores. A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. (JENKINS, 2006, p. 29).

Para Jenkins (2006, p. 11), as mídias tradicionais são passivas e as mídias atuais são participativas e interativas: “Elas coexistem, e estão em rota de

colisão”. Em sua afirmação “que o mundo da comunicação mudou radicalmente nos últimos anos”, o autor reforça que a publicidade tem de criar experiências de envolvimento, de participação e de interação para cativar consumidores. É nesse contexto, que o estudo de caso sobre o papel interativo da Humaniza Redes corrobora.

Estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. Neste momento, estamos usando esse poder coletivo principalmente para fins lucrativos, mas em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais sérios – (JENKINS, 2009, p. 30).

Pensar na relação pessoal com as mídias seja para assistir a programas favoritos, para compartilhar informações relevantes para um determinado grupo ou amigo ou para anunciar trabalho ou divulgar serviços também faz parte do universo da cultura da convergência, que está a todo instante sendo modificada, ampliada, evoluída.

Pense em sua relação pessoal com as mídias. Todos nós temos uma. Você é um fã que usa as mídias para assistir aos seus programas favoritos. Você é um anunciante que usa as mídias para vender seus serviços. É um artista que usa as mídias para distribuir conteúdos criados por você. Qualquer que seja sua relação com as mídias, certamente você percebeu que ela mudou muito nos últimos anos. A força desta ou de qualquer outra relação é determinada pelo modo como as partes envolvidas lidam com as mudanças. E, neste exato momento, há uma multiplicidade de mudanças em curso. (MARK WARSHAW, 2009, p. 9)

Outro viés das redes sociais destaca a virtualidade como uma nova face da informação, constituída em um traço distintivo, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, conforme Levy (1999, p. 46 e 47).

Qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber, segundo Levy (1999, p. 157).

O ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos). Essas tecnologias intelectuais favorecem:

- novas formas de acesso à informação: navegação por hiperdocumentos, caça à informação através de mecanismos de pesquisa, *knowbots* ou agentes de software, exploração contextual através de mapas dinâmicos de dados;

- novos estilos de raciocínio e de conhecimento, tais como a simulação, verdadeira industrialização da experiência do pensamento, que não advém nem da dedução lógica nem da indução a partir da experiência. (LEVY, 1999, p. 157).

1.1 - MÍDIAS E FACEBOOK

O Facebook é uma plataforma de rede social que permite conversar com amigos e compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias. Foi um dos primeiros sites da categoria a oferecer a possibilidade de diferenciação entre pessoas e empresas dentro da Mídia Social. Antes dele, era muito comum empresas e pessoas possuírem o mesmo tipo de conta e com os mesmos recursos (PORTO, 2014, p.38).

Desde o início da adoção, por parte das empresas, das mídias sociais como canais de comunicação com seu público, usar o número de seguidores, de fãs, de curtidores ou qualquer outro termo parecido se tornou o termômetro do sucesso de uma empresa na Internet. Sem dúvida, quanto mais pessoas optam por curtir uma página no Facebook, melhor seu engajamento orgânico (número total de pessoas que viram suas publicações por meio de uma distribuição não paga). Essa forma de ver o número de seguidores de uma empresa gerou uma “corrida do ouro” em que, quanto mais fãs, melhor (PORTO, 2014, p.56).

1.2 - MARCO CIVIL DA INTERNET

Em 23 de abril de 2014, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.965, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

I - o reconhecimento da escala mundial da rede;

II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;

III - a pluralidade e a diversidade;

IV - a abertura e a colaboração;

V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VI - a finalidade social da rede.

O artigo 24 da Lei 12.965/14 cita as diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no desenvolvimento da internet frisando o estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica, além da publicidade e disseminação de dados e informações públicas, de forma aberta e estruturada.

Sobre os requisitos para as aplicações de internet pelo poder público, a acessibilidade a todos os interessados, independentemente de suas capacidades físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais, mentais, culturais e sociais. Além disso, os aspectos de sigilo e restrições administrativas e legais devem ser resguardados; e ainda promover o fortalecimento da participação social nas políticas públicas.

O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da Educação, integrada a outras práticas educacionais, e a promoção da cultura também são elencados como dever de prestar educação digital pelo poder público. O artigo 27 da lei diz que buscar reduzir as desigualdades, sobretudo entre as diferentes regiões do país, no acesso às tecnologias da informação e comunicação e no seu uso fazem parte das iniciativas de fomento à cultura digital e à promoção da internet.

Em relação ao uso de programas que controlem conteúdo impróprio, no parágrafo único da lei, cabe ao poder público, em conjuntos com os provedores de conexão e de aplicações de internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no caput,

bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital de crianças e adolescentes.

2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A luta pela garantia dos direitos humanos tem crescido nos últimos anos no Brasil. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948 desencadeou um processo de mudança no comportamento social e na produção de instrumentos e mecanismos internacionais de direitos humanos que foram sendo incorporados por países signatários, que aderiram ao tratado. Esse processo resultou na base dos atuais sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (Artigo I - Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas).

Consolidar uma cultura pautada nos princípios dos direitos humanos é um dos desafios expressos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), originalmente publicado em 2006, após longa mobilização e participação da sociedade brasileira. Naquela época, a parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, anunciavam a finalização desse esforço, que, em formato de um Plano Nacional, retornava à sociedade agora na modalidade de compromissos claros a serem assumidos, implantados, monitorados e recriados a cada dia, por cada segmento da sociedade e pelo poder público.

A existência de um plano-projeto de direitos humanos para a esfera da educação explicitava ser uma herança, mas principalmente, um ideal a ser culturalmente construído e reconstruído à luz das demandas de cada ser humano, de cada comunidade humana, na perspectiva da vida digna e da cultura da paz. O PNEDH anunciava principalmente ser o universo da educação para formar e consolidar os princípios, os valores e as atitudes capazes de transformar cada ser humano no humano que queremos ver respeitado em todas as dimensões da vida.

O esforço, complexo, é transformar as bases sociais e culturais de um povo, historicamente marcado pelas muitas violências e arbitrariedades. Exige, ainda, que estejamos atentos e comprometidos permanentemente com a formação das novas gerações e sejamos vigilantes com aquilo que os

adultos, os meios de comunicação e o poder público possuem de compreensões sobre o que se almeja quando se assume os direitos humanos como o paradigma para a superação das injustiças e desigualdades de todas as ordens. Portanto, o esforço de educar e reeducar estão postos para toda a sociedade brasileira e demanda compromisso e tempo. (COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2013, p. 12).

Fomentar uma sociedade que respeite os direitos humanos por meio da educação é contribuir tanto para a pauta quanto para a formação de um cidadão. “Um dos objetivos da educação é a preparação para a cidadania, conforme a Lei de Diretrizes e Bases, e a Constituição. Essa noção, por sua vez, é inseparável de um claro entendimento acerca do que são os direitos humanos” (CARVALHO, 2014, p. 21).

Carvalho comenta em sua obra sobre a Revolução Cubana, que teve uma influência significativa (e raramente dimensionada) na discussão acerca dos direitos humanos, sobretudo por demonstrar um pequeno povo, determinado e suficientemente organizado, poderia se opor a uma grande potência e fazer cessar as injustiças que o flagelavam, bem como afirmar valores próprios de sua identidade histórica e cultural.

Ao falar de direitos humanos, refiro-me aos direitos fundamentais da pessoa humana. Eles são ditos *fundamentais* porque é necessário reconhecê-los, protegê-los e promovê-los quando se pretende preservar a dignidade humana e oferecer possibilidades de desenvolvimentos. Eles equivalem às necessidades humanas fundamentais. (Educação, Cidadania e Direitos Humanos, 2014, p.25).

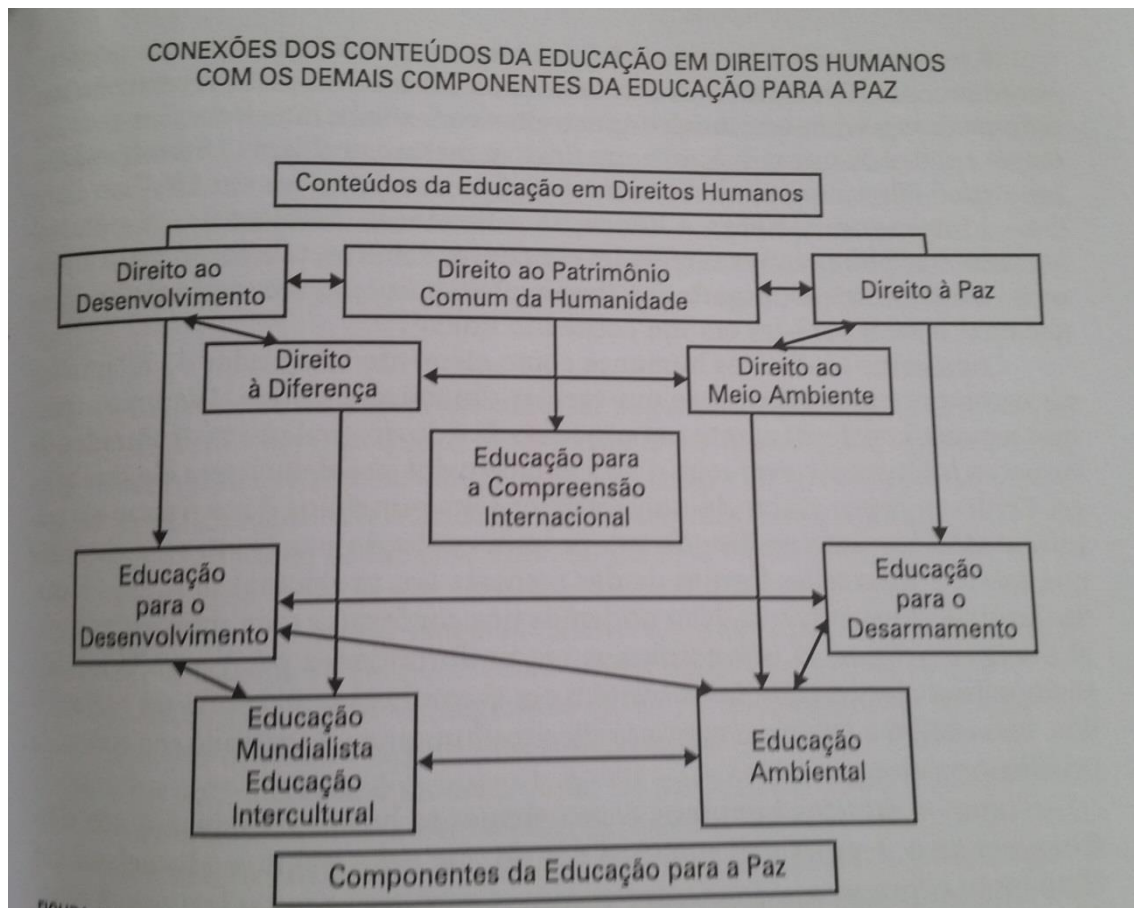
O respeito aos direitos humanos é essencial para o progresso e o desenvolvimento social e econômico. Para José Tuvilla Rayo, no mundo de hoje, os direitos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança física de uma pessoa se encontram sob constante ameaça das forças da repressão, do ódio e da exploração. (RAYO, 2004, p. 17).

A cultura da paz é pregada nos discursos em prol dos Direitos Humanos em diversas manifestações governamentais, organizacionais e da sociedade civil. “Em apenas uma semana, através da tela da televisão, crianças e jovens contemplam cerca de 770 assassinatos, 47 torturas, 28 sequestros, 17 suicídios, 1.200 lutas e mais de 80 atos que mesclam sexo e violência” (RAYO, 2004, p. 47).

Os meios de comunicação, especialmente a televisão, transmitem através de suas séries e filmes uma visão do mundo específica e concreta em que os atores, mensagens e imagens representam uma forma particular de dar respostas aos conflitos. Desta maneira, a percepção que se adquire do mundo que vão conformando um mundo violento e uma cultura de violência. (Educação em Direitos Humanos, 2004, p. 46).

“Os conceitos de desenvolvimento, meio ambiente, paz e direitos humanos são complementares, interdependentes e mutualmente reveladores uns dos outros” (RAYO, 2014, p.112).

Figura 1 – Conexões dos conteúdos da Educação em Direitos Humanos



Fonte: Educação em Direitos Humanos, José Tuvilla Rayo, 2004, p. 113)

“A educação implica referir-se a um projeto de planejamento do futuro imaginável e desejado: a socialização da cidadania sobre o presente legado cultural e a capacitação ou formação das novas gerações para planejar, a partir do universo de ideias, da experiência social e da ação, novas formas

de melhorar nosso mundo. Situados nesta perspectiva, sem dúvida, educação e política se confundem, ou pelo menos fazem parte de um mesmo propósito”. (Educação em Direitos Humanos, p. 133).

O novo enfoque da educação para o desenvolvimento é agora mais globalizado, já que em suas exposições incorpora as questões de meio ambiente, desarmamentos e direitos humanos aos projetos de desenvolvimento (RAYO, 2004, p. 141). O autor reforça logo após citar “a década perdida para desenvolvimento”, quando os conflitos regionais (Afeganistão, Angola, Oriente Médio e América Central), a crise econômica internacional, a aceleração da corrida armamentista foram características da década de 80, conhecida como a perda para o desenvolvimento.

Valores promovidos pela educação para o desenvolvimento:

- ajuda, desenvolvimento e cooperação;
- a mediação, prevenção e reconstrução dos conflitos armados;
- o fortalecimento da democracia através da participação e do respeito aos direitos humanos;
- a informação sobre um comércio justo e a necessidade de um consumo responsável.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho teve como método de procedimento o estudo de caso da ação no combate às violações de direitos humanos e na educação em direitos humanos da página do Facebook do Humaniza Redes (@humnizaredes). Foram analisados os conteúdos dos posts publicados na página do Humaniza Redes, lançado no dia 7 de abril de 2015 pelo governo federal como um pacto nacional de enfrentamento às violações de direitos humanos na internet.

O objetivo foi averiguar e destacar a atuação, a interação e o engajamento com os seguidores da página, além das estratégias de conteúdo na publicação e posts.

Além da página do Humaniza Redes, foi realizada uma pesquisa exploratória, num comparativo de engajamento com outras duas fan pages de diferentes entidades: Ministério Público Federal e Unicef Brasil. A escolha se deu pelo engajamento das entidades na pauta de direitos humanos.

Este trabalho traz um panorama de como a temática dos direitos humanos é absorvida pelos usuários, além de mostrar o perfil dessas pessoas que participam intensamente dessa rede social.

A escolha da página do Facebook do Unicef Brasil para fazer o comparativo no engajamento e na interação com os usuários se deu pela relevância da Unicef em agendas que promovem o bem-estar, saúde, respeito, dignidade humana e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) está no Brasil desde 1950, e participou das grandes campanhas de imunização e aleitamento materno, da mobilização que resultou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, do movimento pelo acesso universal à educação, dos programas de enfrentamento ao trabalho infantil.

“O UNICEF acredita que, por meio da ação conjunta, é possível superar as iniquidades que ainda impedem o desenvolvimento pleno de meninas e meninos no Brasil. Por isso, constrói seu plano de cooperação com o País juntamente com os governos, a sociedade civil, e ouvindo também crianças e adolescentes” (UNICEF, 2016).

A escolha da página do Ministério Público Federal foi motivada pelo papel do MPF em promover a realização da Justiça, a bem da sociedade e em defesa do estado democrático de direito. Cabe ao Ministério Público a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático. As funções do MPF incluem também a fiscalização da aplicação das leis, a defesa do patrimônio público e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição, que inclui os direitos da família, do idoso, da criança, do adolescente e dar assistência aos desamparados.

4 ANÁLISE DE DADOS

Neste estudo, foram analisados um post do Facebook de cada campanha temática voltada aos Direitos Humanos do Humaniza Redes, do Ministério Público Federal (306.156 seguidores) e da Unicef Brasil (384.473 seguidores).

É nítida a liderança nas interações e engajamentos das campanhas divulgadas pelo Humaniza Redes. Com quase três milhões de pessoas alcançadas (2.979.501) - número de pessoas que viram a publicação - em um post de cinco de janeiro de 2016, que fala sobre obesidade em uma campanha sobre os direitos das mulheres, a página do Facebook do Humaniza registrou 107.510 curtidas, 12.079 comentários e 78.340 compartilhamentos. Esta campanha ficou em primeiro lugar no alcance de pessoas e curtidas entre as três fan pages analisadas neste estudo de caso. Sobre a mesma temática, a página do Ministério Público Federal (MPF) registrou 403 curtidas, 40 comentários e 315 compartilhamentos, e a página do Unicef Brasil computou 538 curtidas, cinco comentário e 90 compartilhamentos.

Os direitos das pessoas com deficiência como temática em prol dos direitos humanos também obteve destaque nas publicações do Humaniza, com alcance de mais de dois milhões de pessoas (2.451.495) em um post sobre a diversidade nos brinquedos. Trata-se de uma publicação que fala de uma marca que produz brinquedos com bonecos que usam bengalas, óculos, bombas de insulina, cão-guia etc. Foram 99.099 curtidas, 14.723 comentários e 66.082 compartilhamentos na página do Humaniza, contra 340 curtidas, 30 comentários e 316 compartilhamentos na página do MPF, e 2.000 curtidas, 36 comentários e 1.253 compartilhamento na fan page do Unicef Brasil.

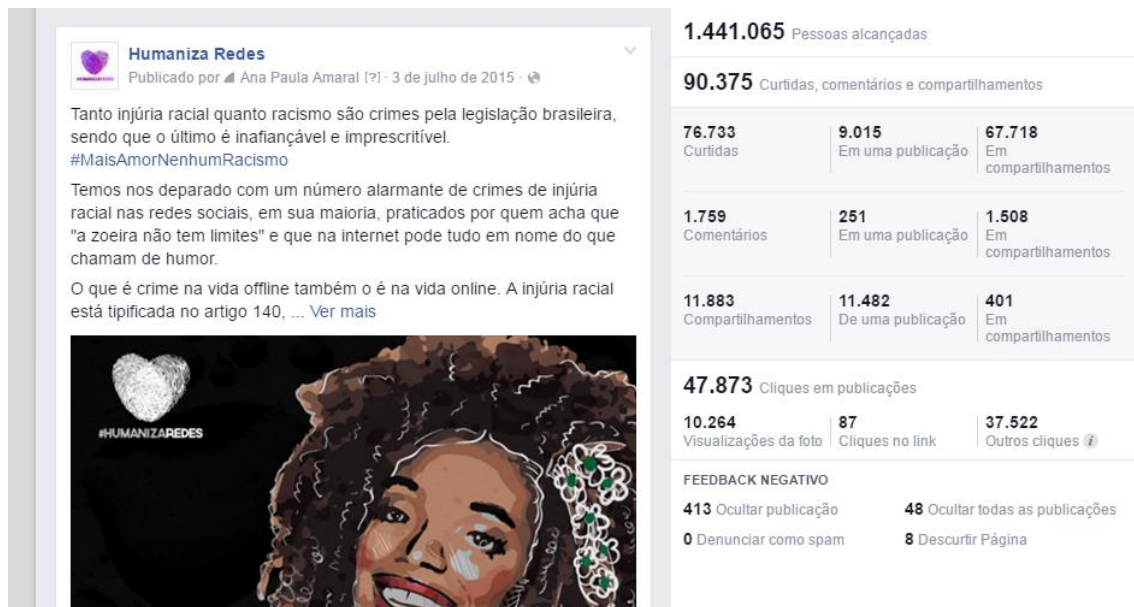
Nas campanhas abaixo, é possível visualizar em apenas uma publicação a quantidade de compartilhamentos tanto no post em si quanto nos comentários da publicação.

Campanha Racismo

Humaniza Redes

- 1.441.065 pessoas alcançadas
- 90.375 curtidas, comentários e compartilhamentos, sendo 76.733 curtidas, 9.015 comentários e 67.718 compartilhamentos.

Figura 2 – Campanha Racismo

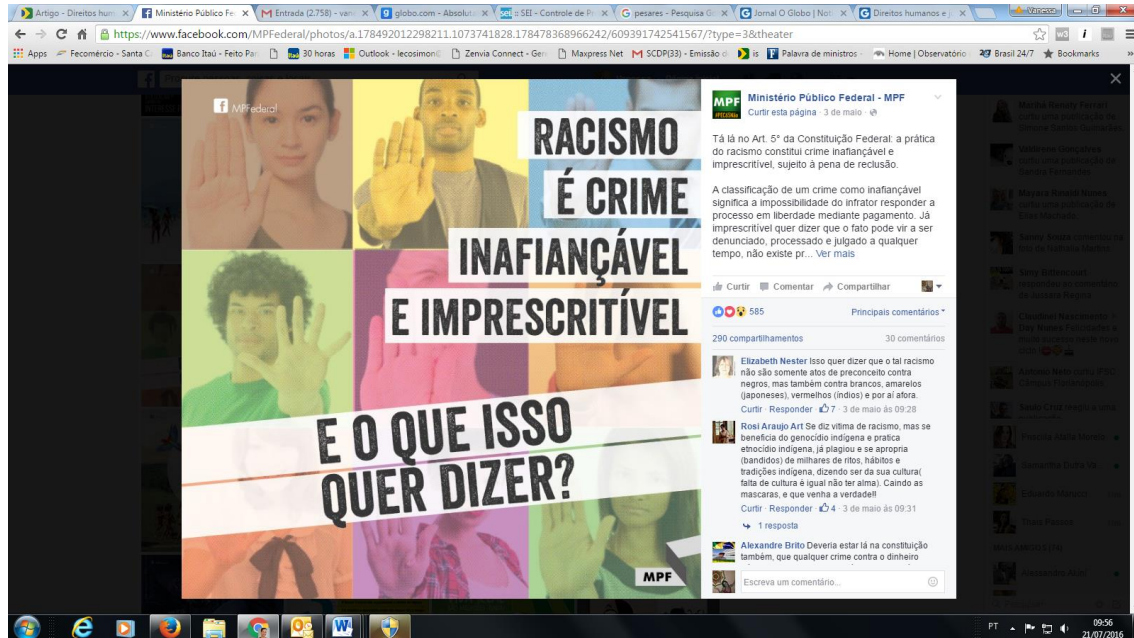


Fonte: Página do Facebook do Humaniza Redes

Ministério Público Federal

- 585 reações, 30 comentários e 290 compartilhamentos.

Figura 3 – Campanha Racismo



Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- 824 reações, 16 comentários e 448 compartilhamentos.

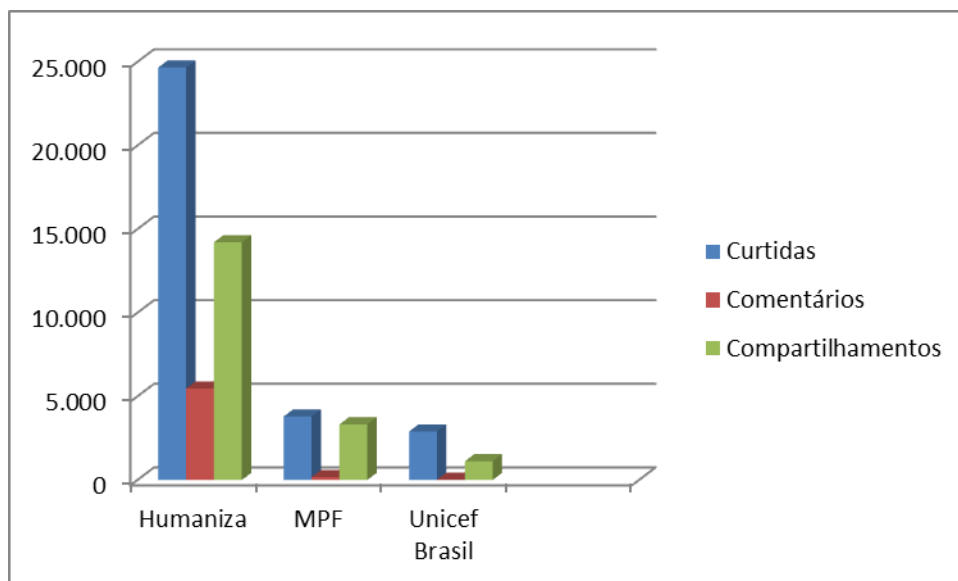
Figura 4 – Campanha Racismo



Fonte: Página do Facebook do Unicef Brasil

Na campanha acima sobre o Racismo é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 1 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

Gráfico 1: Evolução da campanha de racismo. Comparativo das páginas do Facebook do Humaniza Redes, MPF e Unicef Brasil.



Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Campanha Mulheres

Humaniza Redes

- 2.979.501 pessoas alcançadas
- 107.510 reações, comentários e compartilhamentos, sendo 90.419 curtidas, 12.079 comentários e 78.340 compartilhamentos.

Figura 5 – Campanha Mulheres

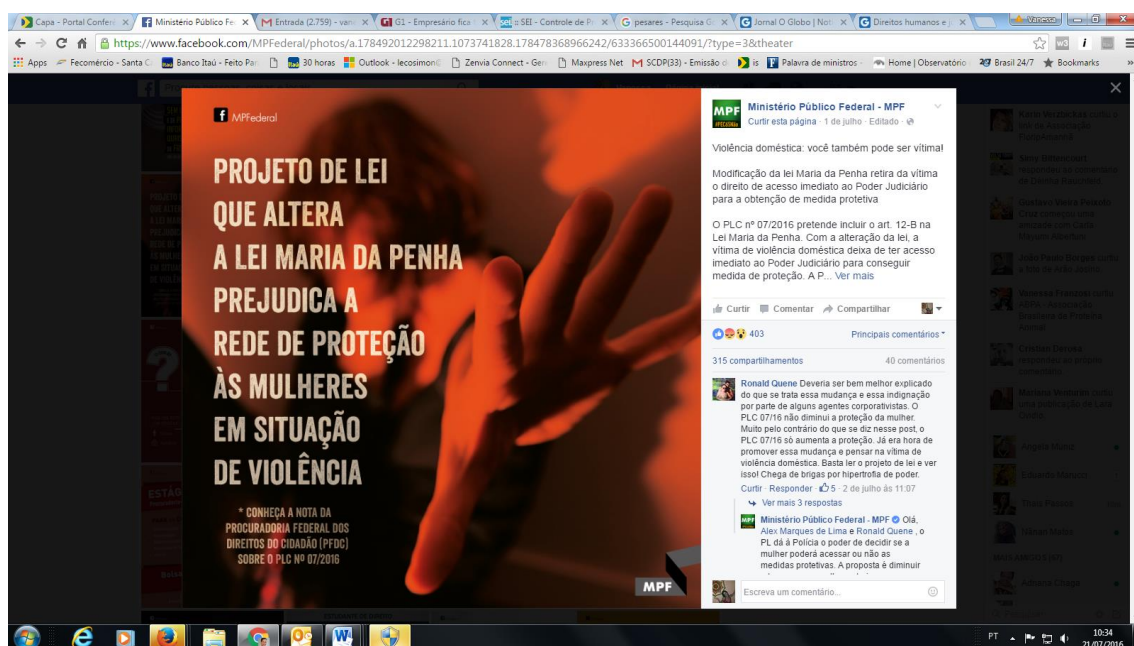


Fonte: Página do Facebook do Humaniza Redes

Ministério Público Federal

- 403 reações, 40 comentários e 315 compartilhamentos

Figura 6 – Campanha Mulheres

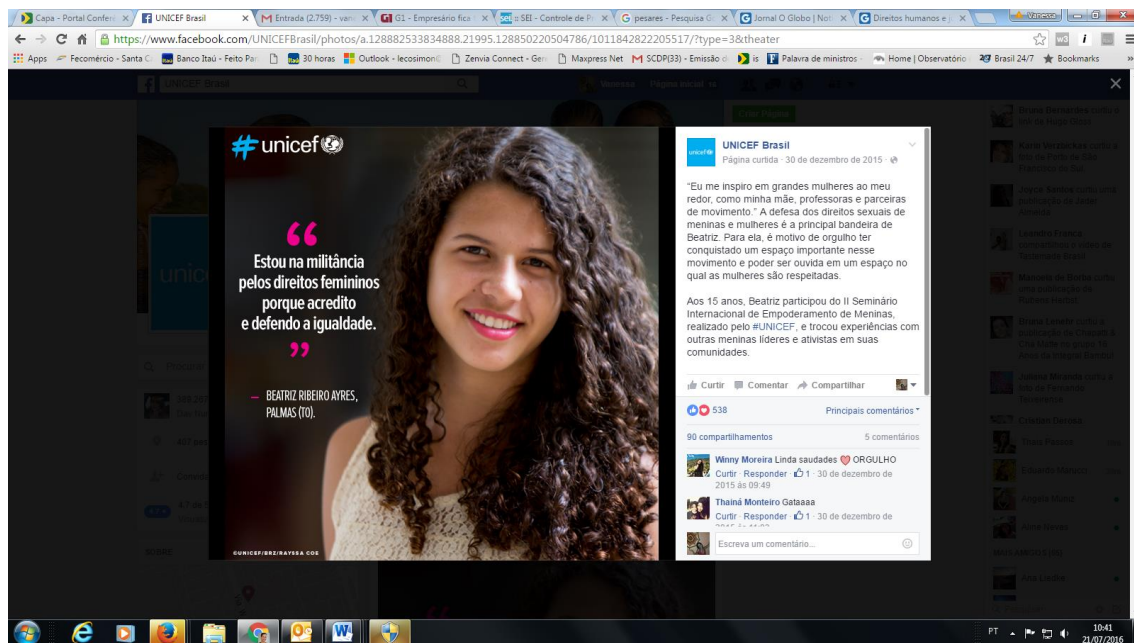


Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- 538 reações, 5 comentários e 90 compartilhamentos

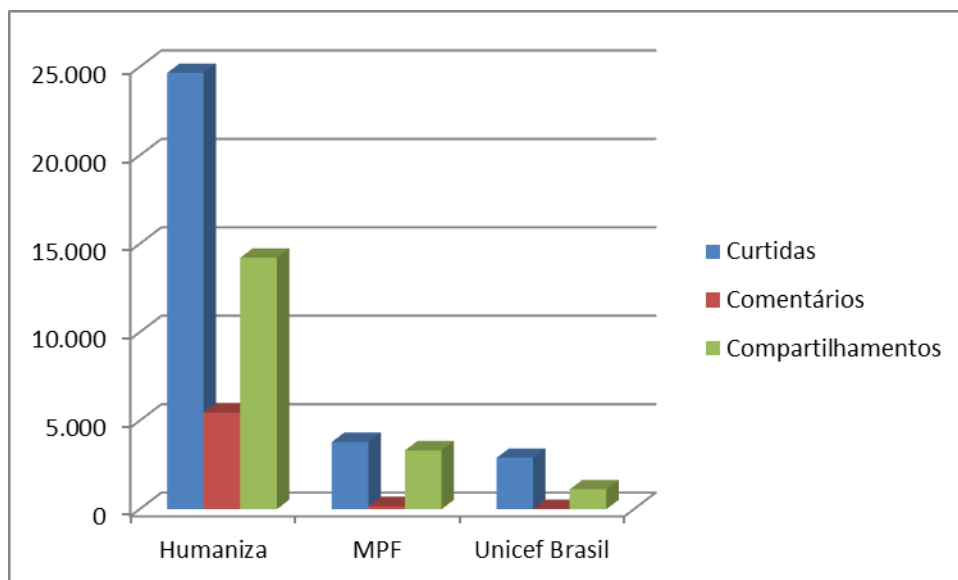
Figura 7 – Campanha Mulheres



Fonte: Página do Facebook do Unicef Brasil

Na campanha acima sobre as mulheres é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 2 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

Gráfico 2: Evolução da campanha sobre os direitos das mulheres, comparativo Humaniza Redes, MPF e Unicef Brasil



Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Campanha LGBT

Humaniza Redes

- 850.302 pessoas alcançadas
- 45.543 reações, comentários e compartilhamentos, sendo 30.902 curtidas, 6.377 comentários e 24.525 compartilhamentos.



- 652 curtidas, 41 comentários e 95 compartilhamentos.

Capa - Portal Conferência X Entrada (2/724) - Vanessa X Morre aos 63 anos - ex- X globo.com X globo.com X Absoluta X Ministério Público Federal - MPF

https://www.facebook.com/MPFederal/photos/a.178492012298211.1073741828.1784783686966242/637643789716362/?type=3&theater

Apps Fecomércio - Santa C Banco Itaú - Feltro Pa 30 horas Outlook - lecosimoi Zervia Connect - Geri Maxpress Net SCDP33 Emissão di Palavra de ministros Home | Observatório 24/7 Bookmarks

Ministério Público Federal - MPF

Curtir esta página · 13 h ·

O MPF instaurou um inquérito para acompanhar o cumprimento do Decreto nº 8.727/2016, que permite o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero, além de vedar expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transsexuais nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Mais detalhes sobre o inquérito: <http://bit.ly/296pt3c>

Curir · Comentar · Compartilhar

479 Principais comentários ·

45 comentários 30 comentários

Alex Estevês Da Rocha Sousa O MPF sabe ou deve saber que não se implementa um tal "direito" desses mediante decreto. Juridicamente, só à lei seria conferida tal prerrogativa. Cuid jur? Projeta-se, isto sim, uma confusão total, em que pessoas serão identificadas aleatoriamente. ... Ver mais

Curir · Responder · 25 · 12 h · Editado

12 Respostas · 39 min

Miriam Magalhães Silveira Stucchi Isso, para mim, é falta do que fazer. Cada um tem o nome que lhe vou dado. Se não gosta de ser chamado de Maria e quer ser chamado de João, faça um processo, gaste seu dinheiro nisso, tire os documentos e aí le chamo de João. ... Ver mais

Curir · Responder · 25 · 12 h · Editado

Escreva um comentário...

Fotos de Linha do Tempo · Opções · Compartilhar · Enviar · Curir

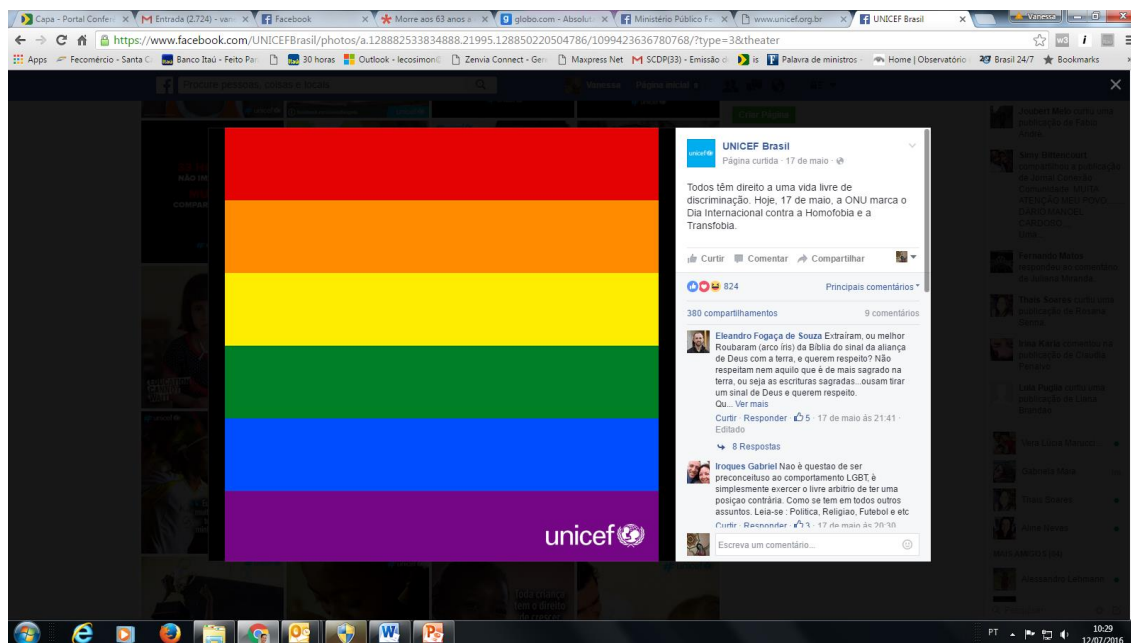
PT 10:23

Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- 824 curtidas, 9 comentários e 380 compartilhamentos.

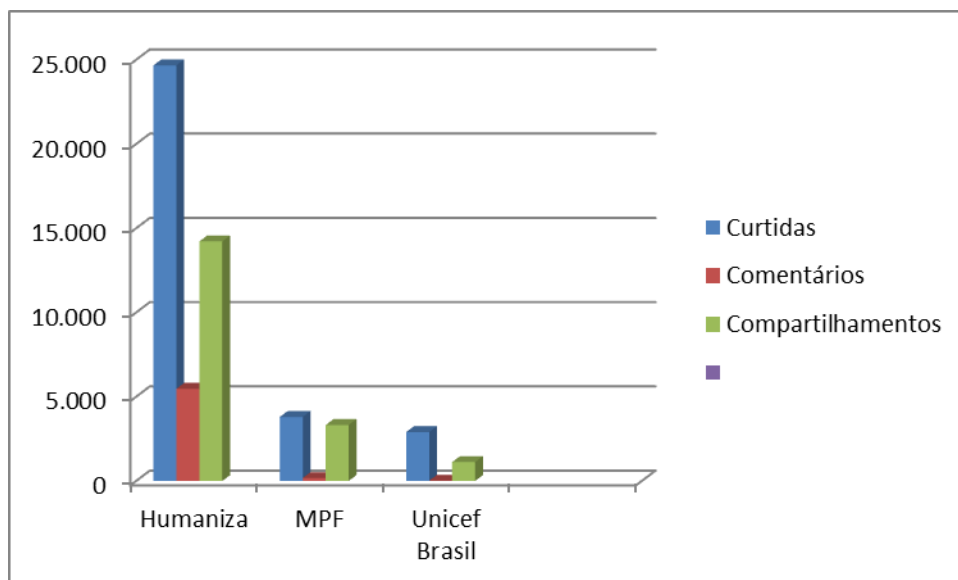
Figura 10 – LGBT



Fonte: Página do Facebook do Unicef Brasil

Na campanha acima sobre os direitos da população LGBT é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 3 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

Gráfico 3: Evolução da campanha sobre os direitos da população LGBT, comparativo Humaniza, MPF e Unicef Brasil



Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Campanha Criança e Adolescente

Humaniza Redes

- 1.436.624 pessoas alcançadas
- 51.303 reações, comentários e compartilhamentos, sendo 40.612 curtidas, 7.565 comentários e 33.047 compartilhamentos.

Figura 11 – Crianças e adolescentes



Fonte: Página do Facebook do Humaniza Redes

Ministério Público Federal

- 1.500 curtidas, 22 comentários e 2.672 compartilhamentos.

Figura 12 – Crianças e adolescentes

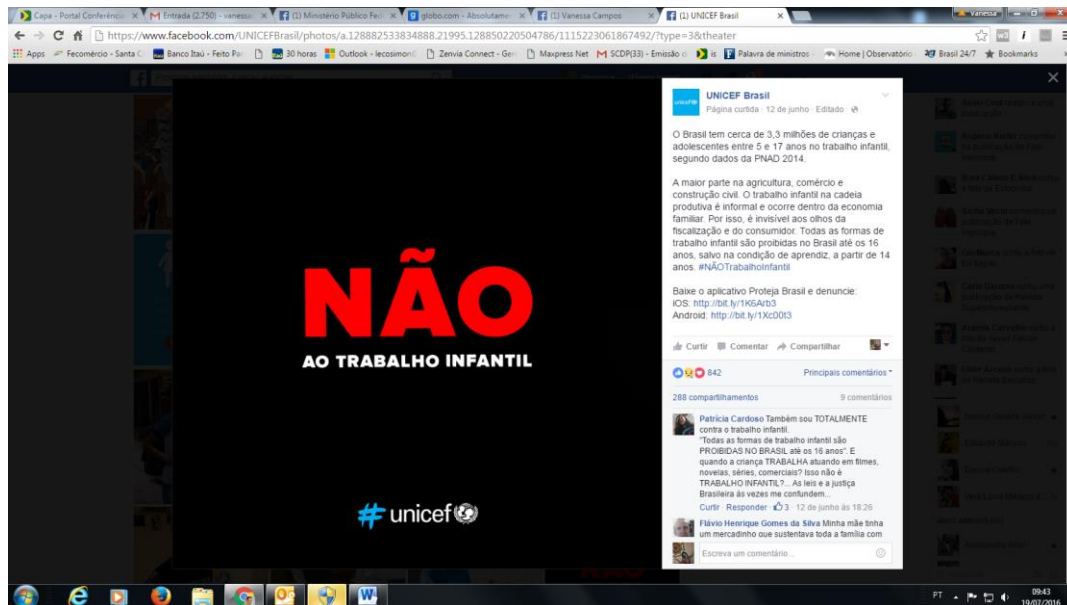


Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- 842 curtidas, 9 comentários e 288 compartilhamentos.

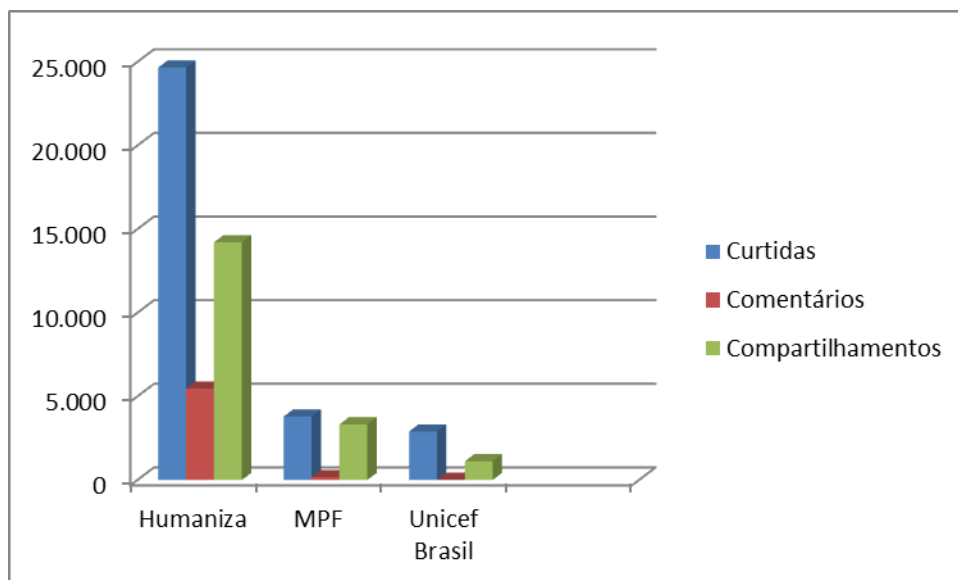
Figura 13 – Crianças e adolescentes



Fonte: Página do Facebook do Unicef Brasil

Na campanha acima sobre os direitos das crianças e dos adolescentes é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 4 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

Gráfico 4: Evolução da campanha sobre os direitos da população LGBT, comparativo Humaniza, MPF e Unicef Brasil



Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Campanha Intolerância Religiosa

Humaniza Redes

- 1.786.368 pessoas alcançadas
- 82.148 curtidas, comentários e compartilhamentos, sendo 59.955 curtidas, 5.041 comentários e 54.914 compartilhamentos.

Figura 14 – Intolerância religiosa

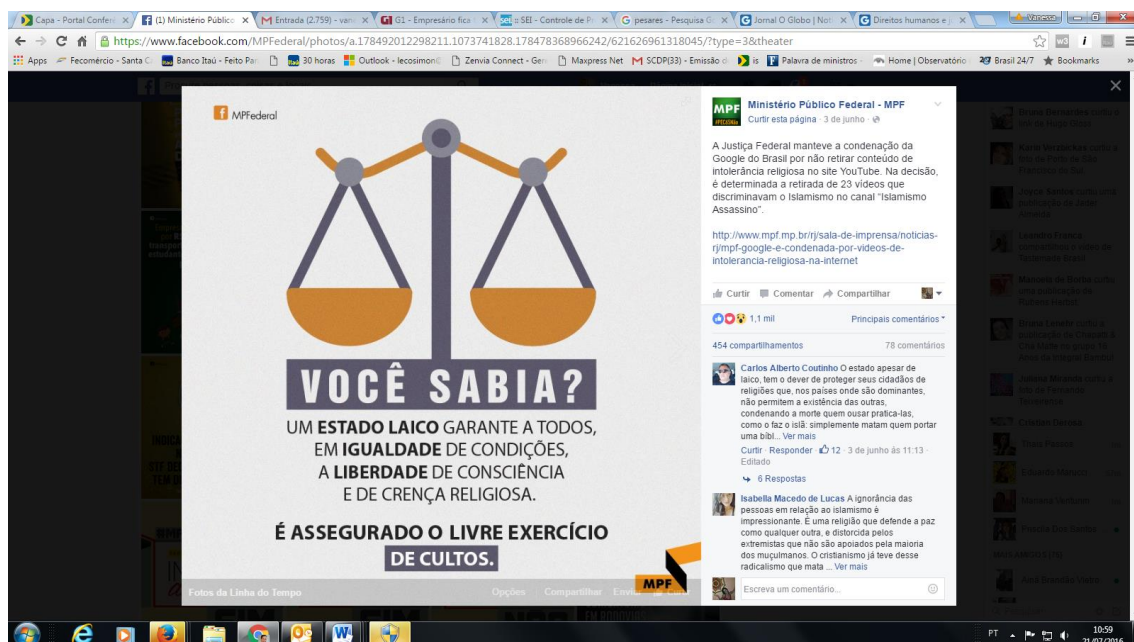


Fonte: Página do Facebook do Humaniza Redes

Ministério Público Federal

- 1.100 curtidas, 78 comentários e 454 compartilhamentos.

Figura 15 – Intolerância religiosa



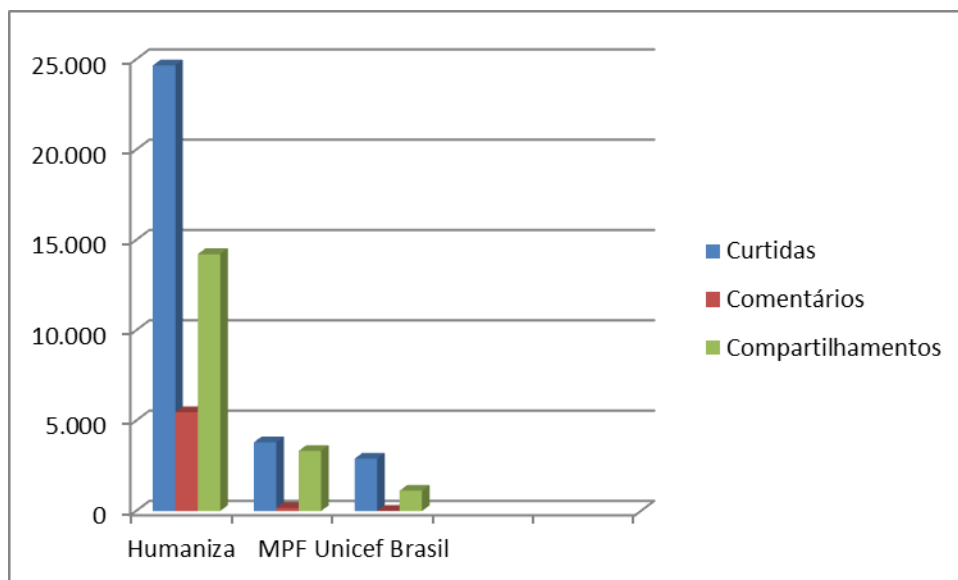
Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- Não possui posts nem campanha sobre intolerância religiosa.

Na campanha acima sobre intolerância religiosa é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que a página do Ministério Público Federal. Não houve publicações sobre intolerância religiosa na página do Unicef Brasil. O Gráfico 5 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

Gráfico 5: Evolução da campanha sobre intolerância religiosa. Comparativo Humaniza, MPF e Unicef Brasil




Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Campanha Pessoa com Deficiência

- 2.451.495 pessoas alcançadas
- 99.099 reações, comentários e compartilhamentos, sendo 80.805 curtidas, 14.723 comentários e 66.082 compartilhamentos.

Figura 16 – Pessoa com deficiência



Humaniza Redes adicionou 6 novas fotos.
Publicado por Day Nunes [?] · 3 de outubro de 2015 ·

Genteeeeemmm!

A Makies produziu bonecos e bonecas com bengalas, aparelhos auditivos, óculos, bomba de insulina, cão-guia e cadeira de rodas. Isso mesmo, diversidade nos brinquedos ❤️

A coleção foi desenvolvida depois da marca ouvir pais que relataram enfrentar dificuldades para ensinar as crianças a aceitarem e entender deficiências, quando não são representadas em bonecas, brinquedos e desenhos animados. Por isso, a Makies fez uma campanha #toylikeme para empo... Ver mais

2.451.495 Pessoas alcançadas

99.099 Reações, comentários e compartilhamentos

80.805 Curtir	14.723 Na publicação	66.082 Em compartilhamentos
4 Amei	0 Na publicação	4 Em compartilhamentos
4.938 Comentários	1.010 Em uma publicação	3.928 Em compartilhamentos
13.354 Compartilhamentos	13.080 De uma publicação	274 Em compartilhamentos

268.263 Cliques em publicações

106.072 Visualizações da foto	22 Cliques no link	162.169 Outros cliques ⓘ
---	------------------------------	------------------------------------

FEEDBACK NEGATIVO

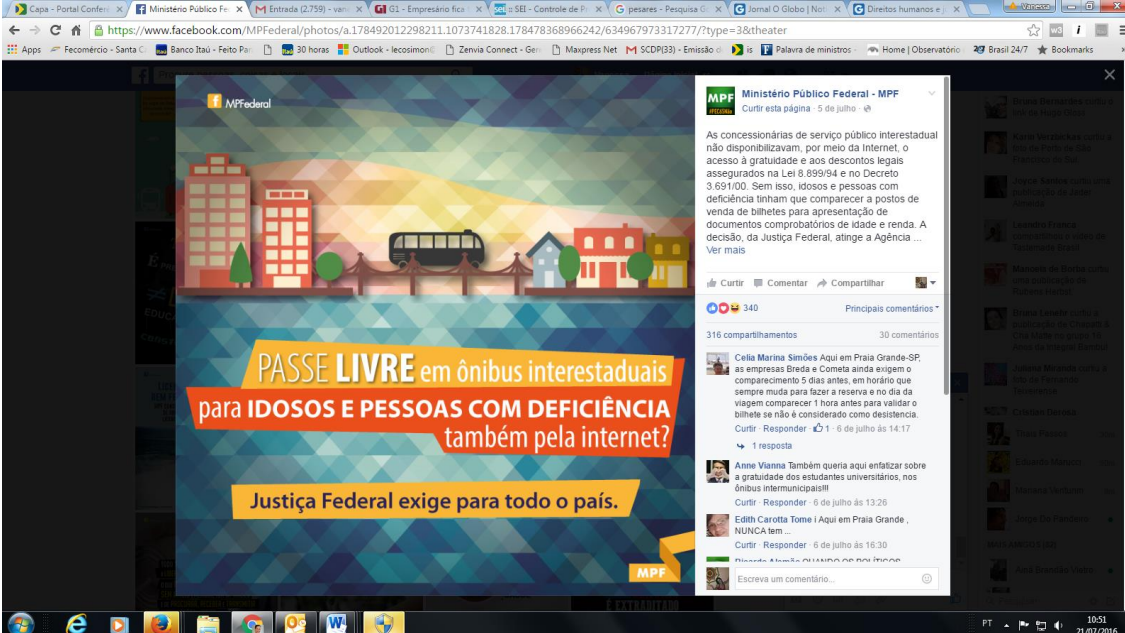
263 Ocultar publicação	44 Ocultar todas as publicações
1 Denunciar como spam	2 Descurtir Página

Fonte: Página do Facebook do Humaniza Redes

Ministério Público Federal

- 340 reações, 30 comentários e 316 compartilhamentos.

Figura 17 – Pessoa com deficiência



MPF **Ministério Público Federal - MPF**
Curtir esta página · 5 de julho ·

As concessionárias de serviço público interestadual não disponibilizavam, por meio da Internet, o acesso à gratuidade e aos descontos legais assegurados na Lei 8.899/94 e no Decreto 3.691/00. Sem isso, idosos e pessoas com deficiência tinham que comparecer a postos de venda de bilhetes para apresentação de documentos comprobatórios de idade e renda. A decisão, da Justiça Federal, atinge a Agência ... Ver mais

340 Reações

316 Compartilhamentos

30 Comentários

PASSE LIVRE em ônibus interestaduais para IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA também pela internet?

Justiça Federal exige para todo o país.

Comentários:

- Celia Marina Simões Aqui em Praia Grande-SP, as empresas Breda e Cometa ainda exigem o comparecimento 5 dias antes, em horário que sempre muda para fazer a reserva e no dia da viagem comparecer 1 hora antes para validar o bilhete se não é considerado como desistência.
- Anne Vianna Também queria aqui enfatizar sobre a gratuidade dos estudantes universitários, nos ônibus intermunicipais!!
- Edith Carotta Tome i Aqui em Praia Grande, NUNCA tem.

Escreva um comentário...

Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- 2.000 curtidas, 36 comentários e 1.253 compartilhamentos.

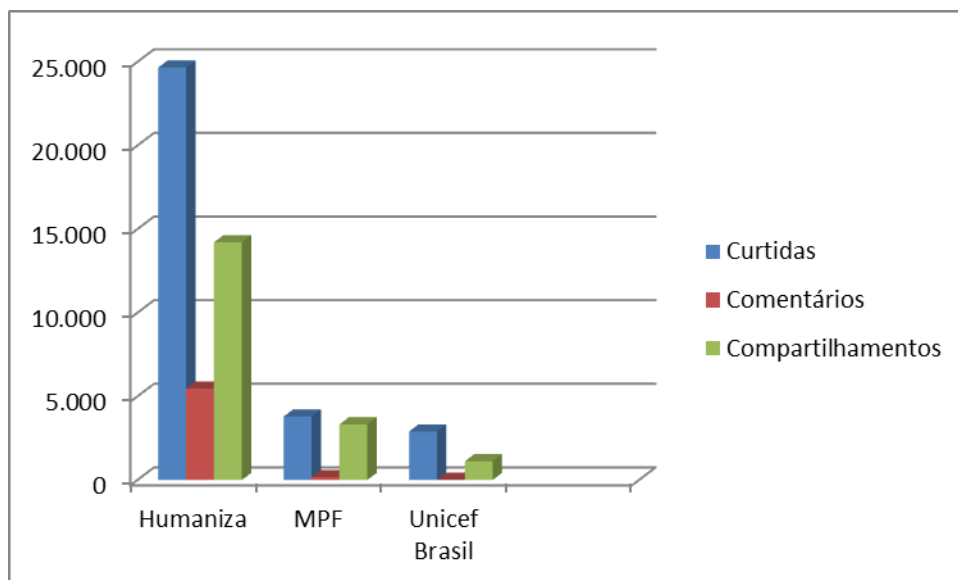
Figura 18 – Pessoa com deficiência



Fonte: Página do Facebook do Unicef Brasil

Na campanha acima sobre os direitos das pessoas com deficiência é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 6 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

**Gráfico 6: Evolução da campanha sobre os direitos da pessoa com deficiência.
Comparativo Humaniza, MPF e Unicef Brasil**



Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Campanha Discurso de Ódio

Humaniza Redes

- 459.930 pessoas alcançadas
- 24.665 reações, comentários e compartilhamentos, sendo 19.687 curtidas, 5.470 comentários e 14.217 compartilhamentos.

Figura 19 – Discurso de ódio



Fonte: Página do Facebook do Humaniza Redes

Ministério Público Federal

- 3.800 curtidas, 173 comentários e 3.325 compartilhamentos.

Figura 20 – Discurso de ódio



Fonte: Página do Facebook do Ministério Público Federal

Unicef Brasil

- 2,9 curtidas, 15 comentários e 1.120 compartilhamentos.

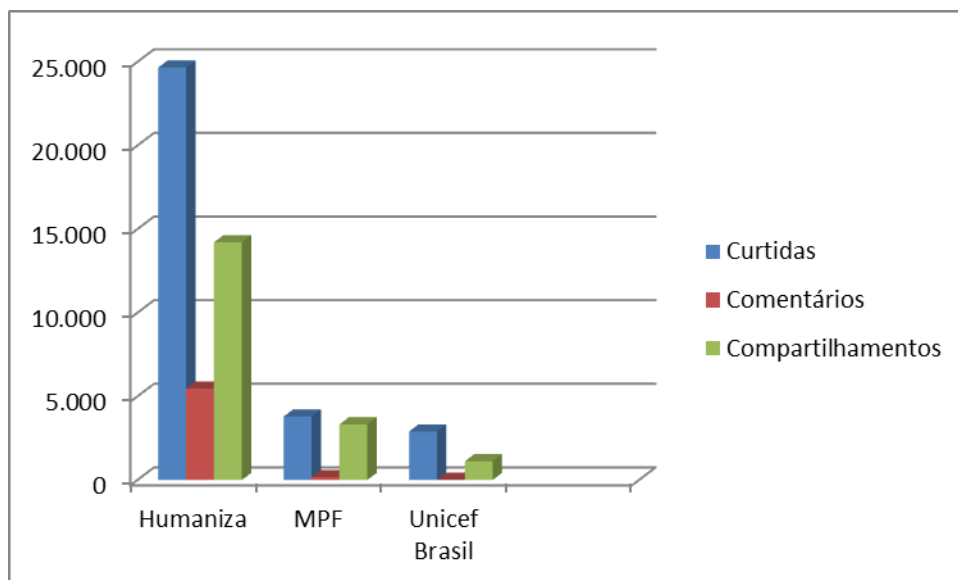
Figura 21 – Discurso de ódio



Fonte: Página do Facebook do Unicef Brasil

Na campanha acima sobre discursos de ódio é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 7 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

Gráfico 7: Evolução da campanha sobre discursos de ódio. Comparativo Humaniza, MPF e Unicef Brasil



Fonte: Produzido pelo autor do trabalho com os dados coletados nas fan pages do Humaniza Redes, Ministério Público e Unicef Brasil

Na campanha acima sobre os direitos das pessoas com deficiência é possível constatar que na página do Humaniza Redes, o número de curtidas, compartilhamentos e comentários é maior do que nas páginas do Ministério Público Federal e do Unicef Brasil. O Gráfico 6 mostra a liderança do Humaniza Redes no engajamento da temática.

CONCLUSÃO

Após a análise de sete campanhas voltadas aos direitos humanos em postagens de três fan pages: Humaniza Redes, Ministério Público Federal e Unicef Brasil, no período de um ano, entre 7 de abril de 2015 – data de lançamento – e 7 de abril de 2016, é possível constatar que a estratégia da criação da página do Facebook do Humaniza Redes para trabalhar a educação e o combate às violações de direitos humanos foi eficaz e atingiu seu objetivo de promover o debate de cada temática sobre os grupos vulneráveis que sofrem violações de direitos, como crianças e adolescentes, mulheres, pessoa idosa, pessoas negras e pessoas com deficiência.

Em todas as campanhas compartilhadas pelo Humaniza Redes, Ministério Público Federal e Unicef Brasil, que corroboram com a pauta dos direitos humanos e suas implicações no país, a página do Facebook do Humaniza Redes manteve-se em primeiro lugar nos quesitos curtidas, compartilhamentos e comentários, que é um indicador reconhecidamente relevante para a validação da qualidade e do sucesso de conteúdos compartilhados em mídias sociais. O Humaniza investiu na comunicação visual, com posts diferenciados, contribuindo também para o bom engajamento das postagens.

Campanhas que envolvem racismo, temas sobre crianças e adolescentes e intolerância religiosa alcançaram mais de um milhão e meio de pessoas nas postagens da página do Facebook do Humaniza Redes. Esse engajamento destaca a importância das temáticas na vida das pessoas que seguiam a página e o poder do seu alcance em uma pauta de interesse mundial.

Como estratégia, o governo federal foi bem sucedido na criação da fan page. Há evidências plausíveis da sociedade civil que, por meio das curtidas, comentários, compartilhamentos e discussões das temáticas sobre direitos humanos, tem maior capacidade de posicionamentos críticos, e, possivelmente, de mobilização. Após este estudo de caso, chega-se à conclusão de que governos (federais, estaduais ou municipais) precisam de canais alternativos como este. Dificilmente, dependendo da

importância da temática, uma fan page bem elaborada e com postagens constantes não será suficiente para obter bom resultado, como fica evidente nos posts de todas as campanhas realizadas pelo Humaniza Redes, em sua página do Facebook.

A implantação e a manutenção de uma comunidade virtual como uma página no Facebook tem um custo mais reduzido do que outras mídias sociais como, por exemplo, um portal (SPYER, 2007, p . 85). No caso do Humaniza Redes, trabalhavam em média de quatro a cinco pessoas na produção de conteúdo e artes para as postagens.

A identidade virtual do Humaniza Redes tinha bastante significado nas discussões e propagação da “não violação dos direitos humanos” no Brasil. Assim que a então presidente Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República, a página saiu do ar. Existe a intenção do governo de Michel Temer de reativar a fan page, mas sem previsões e definições de como seria o modelo (atual ou um novo).

Por fim, este trabalho permite afirmar que as redes sociais são promissoras quando a temática trabalhada em suas páginas é relevante para a sociedade. A educação sobre os direitos humanos, nessa pesquisa, teve seu papel cumprido, comprovado pelos números disponibilizados pelo próprio Facebook, reproduzidos na análise. Iniciativas como esta deveriam ser praxe nos governos. Utilizar a tecnologia e seus avanços a seu próprio favor (no caso de fan pages) é um caminho que, certamente, renderá bons frutos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. Dispõe sobre o Marco Civil da Internet. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 6 de setembro de 2015.

CARVALHO, José Sérgio. Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis RJ, Editora Vozes, 2004.

Humaniza Redes: Disponível em <<http://www.humanizaredes.gov.br/>> Acesso em: 6 de setembro de 2015.

JESUS, Damásio de / MILAGRE, José Antonio. Marco Civil da Internet – Comentários à Lei n. 12.965/14, São Paulo, Editora Saraiva, 2014.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LORENZO, Eder Wagner Cândido Maia. A Utilização das Redes Sociais. Rio de Janeiro: Editora Clube de Autores, 2013.

Ministério Público Federal: Disponível em <<https://www.facebook.com/MPFederal/?fref=ts>>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

MARTINS, Gail Z. 30 dias para arrasar nas mídias sociais, Rio de Janeiro, 2012.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da Informação, Brasília, 2001.

Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília: SDH/PR, 2010.

PORTO, Camilo. Facebook Marketing. São Paulo: Editora Novatec, 2014.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009.

RAYO, José Tuvilla. Educação em Direitos Humanos – Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre, Editora Artmed, 2004.

Relatório State of Connectivity 2015 - Facebook. Disponível em <<https://fbnewsroomus.files.wordpress.com/2016/02/state-of-connectivity-2015-2016-02-21-final.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2016.

SPYER, Juliano. Conectado: o que a internet fez com você e o que você pode fazer com ela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

TOMAÉL, Maria Inês. Das Redes Sociais à Inovação. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago, 2005, p. 93.

UNICEF. Unicef Brasil, 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>. Acesso em: 16 de novembro de 2016.

WARSHAW, Mark, Uma Bússola num Turbulento Mar de Transformações, p. 7. IN: JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Editora Aleph, 2009.